

Rabello de Castro prevê “esforço fiscal” maior

Fábio Alves
de São Paulo

A meta do governo, de limitar os gastos com o serviço da dívida pública em 7,3% do Produto Interno Bruto em 1999, será de difícil execução, e pode exigir esforço fiscal adicional. Economistas presentes ao seminário “Securitização de Ativos na América Latina, realizado ontem em São Paulo, foram unâmes em classificar como “muito otimistas” as metas da carta de intenção com o Fundo Monetário Internacional.

“O governo vai precisar de um esforço adicional de 1,8% a 2% do PIB além do superávit primário de 2,6% para fechar as contas”, disse o presidente da agência de classificação de risco SR Rating/Duff & Phelps, Paulo Rabello de Castro. Ele projeta, de forma conservadora, gastos de R\$ 82 bilhões, com o serviço da dívida em 1999. Isso levando em conta um PIB de R\$ 900 bilhões, juros de 22% e uma dívida líquida em dezembro (como ponto de partida) de R\$ 375 bilhões. Os R\$ 82 bilhões equivalem a 9% do PIB e não 7,3%, como pretende o governo.

“Os gastos com juros no próximo ano vão exigir um superávit primário maior se o governo quiser atingir a meta de 4,7% do PIB para o déficit nominal”, disse o economista. Para ele, um esforço fiscal primário inferior a 4% não parece suficiente para que o governo feche suas contas.

Já o professor Afonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Cen-

tral, lembrou que, no passado, o governo conseguia se financiar por meio do “imposto inflacionário” — com a emissão de moeda — e que chegou a representar 3% do PIB. Pastore ressaltou que as receitas de privatização e o ritmo de queda dos juros serão fatores fundamentais para o cumprimento das metas do governo. Ele estima que R\$ 19 bilhões a R\$ 23 bilhões sejam o volume necessário a ser gerado pelas privatizações no próximo ano. Em sua opinião, o cenário para 1999 é de fluxo de capitais relativamente estável, reservas internacionais tendendo ao crescimento (principalmente com a liberação dos recursos do pacote de ajuda internacional) e, provavelmente, os preços dos ativos no mercado internacional vão refletir uma redução do risco. “Embora isto não elimine o fato de que a economia brasileira entrará em uma recessão relativamente profunda”, disse.

Nos cálculos de Celso Martone, da MCM Consultores Associados, o PIB deverá cair de 2% a 3%, com uma maior retração no primeiro semestre. “Na primeira metade do ano, poderemos registrar uma queda do PIB do 4% a 5%”, prevê. Para ele, a ajuda financeira internacional afasta o perigo de um ataque à moeda no curto prazo, mas, no próximo ano, voltará com mais força o debate sobre o câmbio no País. “Sem uma definição mais permanente do regime cambial e sem uma desvalorização, a perspectiva de crescimento da economia nos próximos anos é problemática”, afirmou.